

«TAMBÉM TENHO PAPÉIS»: MEMÓRIA DA ESCRITA NA IDADE DIGITAL

Carlos Reis

Universidade de Coimbra

1.

A minha aproximação ao tema deste texto – a relação entre escrita, memória e espólios digitais – começa por uma referência à dimensão de materialidade dos textos que os escritores da idade (digamos) pré-digital muitas vezes realçaram. A consciência dessa dimensão material encontra-se, por exemplo, numa fala da personagem do *Frei Luís de Sousa*, que revela um segredo: «Tio, venha, quero ver se me acomodam os meus livrinhos; (...) e os meus papéis, que eu também tenho papéis» (Garrett 1987: 63). Assim mesmo, como quem cultiva nos papéis escritos a preciosidade do documento ainda não reproduzível; depois disso, ele chega a ser um bem cultural com direito a aura e, sobretudo ao atingir o formato do livro, a valor de circulação comercial e prerrogativas de reserva patrimonial. É o princípio deste processo que é difusamente intuído por uma personagem literária configurada por um escritor chamado Almeida Garrett a quem seguramente não era indiferente o significado simbólico da escrita e dos gestos criativos que a regiam e regem.

A preocupação com os papéis vai de par com o cuidado que a mesma personagem, Maria de seu nome, revela em relação à acomodação dos «meus livrinhos». Passa-se isto num momento de aflição, quando a família de Manuel de Sousa Coutinho, pai de Maria, é

levada a abandonar a casa que o fidalgo português se prepara para incendiar, no final do primeiro ato do drama. Ainda sem saber do incêndio que está iminente, a adolescente quer, então, levar consigo bens preciosos: papéis e livros. E mesmo ignorando o risco, Maria está a salvar aqueles bens da destruição pelo fogo; indo um pouco mais além e já em termos que nos interessam: está a preservar a sua memória (ou uma parte dela) retida em livros e em papéis que, para ela, são objetos pessoais, intransmissíveis e insuscetíveis de substituição por cópias.

Longe de querer ou poder optar pela cópia, a jovem que salva livros e papéis está mais longe ainda de propriedades e de princípios que hoje incorporámos nos nossos modos de vida, nas nossas práticas culturais (de escrita e de leitura) e no tratamento que temos dado aos textos que queremos legar ao futuro, seja em espólios organizados, seja em bibliotecas. As ferramentas e os métodos de que dispomos, na chamada idade digital, para guardar, preservar e dar acesso aos espólios literários (é deles que aqui falamos) convidam a uma reflexão inevitavelmente aberta pelo pensamento premonitório do grande escritor Italo Calvino. Como se sabe, nas famosas e nunca proferidas «lições americanas», Calvino referiu-se a algumas propriedades que postulou como *Seis Propostas para o Próximo Milénio*, que é este que estamos a viver, a saber: a leveza, a rapidez, a exatidão, a visibilidade, a multiplicidade e a consistência.

Uma dessas propriedades é especialmente significativa neste contexto: com a sua leveza, diz-nos Calvino, «é o software que comanda, que atua sobre o mundo exterior». Já para além das máquinas pesadas de outrora, a revolução que assim se anuncia é instaurada pelos «bits de um fluxo de informação que corre por circuitos sob a forma de fluxos eletrónicos. Continuam a existir máquinas de ferro, mas obedecem aos bits sem peso» (Calvino 1998: 22). Isto escrevia-o Calvino em 1985, cinco anos antes de Negroponte anunciar o advento do

«ser digital», em termos que, pelo que agora sabemos, dizem respeito também ao trabalho arquivístico: «a mudança de átomos para bits é irrevogável e imparável» (Negroponte 1996: 4), escrevia Negroponte em 1990. E noutro passo: «No mesmo sentido em que o hipertexto remove as limitações da página impressa, a idade da pós-informação removerá as limitações da geografia. O viver digital incluirá cada vez menos dependência relativamente a um lugar e a um tempo específicos e a transmissão do próprio lugar começará a tornar-se possível» (Negroponte 1996: 165).

2.

O que desde já desejo acentuar é o potencial de renovação metodológica, de abertura e de preservação que o digital faculta ao trabalho arquivístico. Um trabalho que, para os efeitos deste texto, direta e especificamente remete para a construção (talvez até para a reconstrução) e para a disponibilização de espólios literários, entendidos como repositório de parte importante da nossa memória cultural; é essa memória que tratamos de estudar no espaço do espólio, possivelmente (mas não necessariamente) localizado na biblioteca e, tal como acontece com esta, atribuindo-lhe as funções de colecionar, de preservar e de dar acesso à informação que nele se encontra depositada.

Isto significa que o espólio, como a biblioteca, é ou tem sido antes de mais um lugar físico. E que os documentos que nele se encontram são objetos materiais com peso, com dimensão, com textura física e exigindo requisitos de arrumação que, todos por junto, obedecem a uma lógica de acumulação não isenta de dificuldades e de limitações. Antes ainda dos termos em que hoje nos preocupamos com o tamanho e com a organização dos espólios literários, a lógica de acumulação a que eles também obedecem foi objeto de caricatura visando uma espécie de síndrome do excesso. Passa-se isto em Paris, em fim de século, e passa-se com livros (mas podia passar-se com papéis)

quando eles invadem o espaço privado e perturbam quem neles habita. É isso que lemos n’*A Cidade e as Serras*, quando um narrador entre perplexo e crítico denuncia a «invasão dos livros no 2021!», o luxuoso palacete parisiense em que habita Jacinto, o amigo que o acolhe. Diz Zé Fernandes, recém chegado das serras, a propósito do «majestoso armazém dos produtos do Raciocínio e da Imaginação» que é a biblioteca:

Ali jaziam mais de trinta mil volumes, e todos decerto essenciais a uma cultura humana. Logo à entrada notei, em ouro numa lombada verde, o nome de Adam Smith. Era pois a região dos Economistas. Avancei – e percorri, espantado, oito metros de Economia Política. Depois avistei os Filósofos e os seus comentadores, que revestiam toda uma parede, desde as escolas pré-socráticas até às escolas neopessimistas. Naquelas pranchas se acastelavam mais de dois mil sistemas – e que todos se contradiziam. Pelas encadernações logo se deduziam as doutrinas: Hobbes, em baixo, era pesado, de couro negro; Platão, em cima, resplandecia, numa pelica pura e alva. Para diante começavam as Histórias Universais. Mas aí uma imensa pilha de livros brochados, cheirando a tinta nova e a documentos novos, subia contra a estante, como fresca terra de aluvião tapando uma riba secular. Contornei essa colina, mergulhei na secção das Ciências Naturais, peregrinando, num assombro crescente, da Orografia para a Paleontologia, e da Morfologia para a Cristalografia. Essa estante rematava junto de uma janela rasgada sobre os Campos Elísios. Apartei as cortinas de veludo – e por trás descobri outra portentosa rima de volumes, todos de História Religiosa, de Exegese Religiosa, que trepavam montanhosamente até aos últimos vidros, vedando, nas manhãs mais cândidas, o ar e a luz do Senhor. (Queirós s.d.: 29-30)

A descrição prossegue ainda com «a estante amável dos Poetas», até que Zé Fernandes se detém, para ler um volume – mas logo é

interrompido por «um sussurro remoto e dormente [que] vinha do cofre de mogno, de parecer tão discreto» (Queirós s.d.: 30). Chama-se esse cofre conferençofone, um estranho e (na época) moderníssimo aparelho que dispensa o esforço de ler um livro e disponibiliza informação por via auditiva. Informação áudio, como hoje dizemos. E assim, o livro e a leitura *strictu sensu* começam já a ser dispensáveis, o que bem se compreende num universo em que a palavra impressa quase esmaga o sujeito que deveria servir.¹

Como diria Negroponte, o peso dos átomos acumulados na biblioteca a par do esforço que a leitura demanda bem justificam que o acesso à informação se processe por outros e mais cómodos canais. Assim o senti decerto a personagem de um famoso romance de Calvino, escritor a que brevemente regresso, para lembrar as perversões da tal *síndrome do excesso* (excesso do livro, naturalmente) de que falei: quase cem anos depois d'*A Cidade e as Serras*, o Leitor protagonista de *Se Numa Noite de Inverno Um Viajante* (1979) procura o seu livro «através do cerrado obstáculo dos livros Que Não Leste que te olhavam carrancudos das bancas e das estantes». E continua:

Mas tu sabes que não te deves deixar suggestionar, que no meio deles se estendem por hectares e hectares os Livros Que Podes Deixar de Ler, os Livros Feitos Para Usos Diferentes da Leitura, os Livros Já

1 Num outro passo d'*A Cidade e as Serras*, imediatamente antes de um sonho que o conduz ao Paraíso e à presença do «Ancião da Eternidade», também ele leitor («O Eterno lia Voltaire, numa edição barata, e sorria.»), Zé Fernandes vive um outro episódio de confrontação física com os livros: «Mais amargamente porém me lembro da noite histórica em que, no meu quarto, moído e mole de um passeio a Versalhes, com as pálpebras poeirentas e meio adormecidas, tive de desalojar do meu leito, praguejando, um pavoroso Dicionário de Indústria em trinta e sete volumes! Senti então a suprema fartura do livro. Ajeitando, com murros, os travesseiros, maldisse a Imprensa, a facúndia humana... E já me estirara, adormecia, quando topei, quase parti a preciosa rótula do joelho, contra a lombada de um tomo que velhacamente se aninhara entre a parede e os colchões.» (Queirós s.d.: 73-74).

Lidos Sem Sequer Ser Preciso Abri-los Enquanto Pertencentes à Categoria Do Já Lido Antes De Ser Escrito. E assim transpões a primeira muralha dos baluartes e cai-te em cima a infantaria dos Livros Que Se Tu Tivesses Mais Vidas Para Viver Certamente Também os Lérias De Bom Grado Mas Infelizmente Os Dias Que Tens Para Viver São Aqueles Que São. Movendo-te com rapidez ultrapássa-los e diriges-te para o meio das falanges dos Livros Que Tens Intenção De Ler Mas Antes Devias Ler Outros, Livros Demasiado Caros Que Podes Esperar Poder Comprar Quando Forem Revendidos Por Metade Do Preço, Livros *Idem* Como Os Supra Quando Forem Reimpressos Em Edições De Bolso, Livros Que Podes Pedir A Alguém Que Tos Empreste, Livros Que Todos Leram Portanto É Quase Como Se Os Tivesses Lido Também Tu. (Calvino 1995: 9)

3.

Chegado a este ponto, pergunto, parafraseando um título de José Saramago: que faremos não com estes livros (ou até: não só com estes livros), mas com estes papéis, no tempo do «viver digital» que é o nosso? Ou, por outras palavras: em que medida o digital contribui para incutir leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência aos espólios e ao que neles se guarda? Mais: dos átomos aos bits, o que muda na nossa relação com manuscritos, com dossiês de escrita, com impressos emendados, com listas de palavras, com planos de ação narrativa, com versos cancelados, com elencos de personagens, com borrões em versões alternativas ou com diluídas marcas de água? E no decurso dessa mudança (uma mudança que é também o advento de um novo paradigma ético, comunicacional e funcional) que novas responsabilidades e exigências recaem sobre quem constrói, dirige e frequenta espólios? Por fim: até que ponto estas perguntas remetem para a necessidade de estabelecimento de uma nova política de constituição e de gestão de espólios, em tempos do digital?

As questões que levantei não podem ser aqui tratadas por inteiro. Justamente por isso, convém definir com clareza o campo de análise que por agora me interessa: ocupo-me do espólio na era digital, mas não do ponto de vista da coleção e da preservação de textos digitais, ou seja e de forma certamente redutora, os ficheiros eletrónicos que serviram para a criação literária, seja ela plasmada em livro convencional, seja em texto alojado em ambiente eletrónico. Isto não significa que o texto digital enquanto tal não levante questões muito importantes para a definição de uma política de espólios; entendo, contudo, que essas questões (a que poderei pontualmente voltar) são ainda, por assim dizer, instáveis e imprevisíveis, situando-se não apenas no campo da chamada *preservação digital*, mas sobretudo, se a expressão não é excessiva, no da retrocompilação e preservação de testemunhos que conduzem ao texto digital.

Em vez disso, interesse-me pelo digital enquanto instrumento para o tratamento e disponibilização de espólios. De forma mais simples: debruço-me sobre os resultados e as supostas vantagens da digitalização, mas não sobre a criação literária em regime digital (processamento informático de textos, elaboração de livros eletrónicos, construção de documentos hipermédia, etc.). Ao mesmo tempo, a tentativa de resposta talvez não a todas, mas pelo menos a algumas das indagações que enunciei traz-me de volta a uma experiência que vivi há cerca de dez anos, quando na Biblioteca Nacional de Portugal se projetou, iniciou e desenvolveu a chamada Biblioteca Nacional Digital. É este, por isso, um regresso a desafios e a interrogações que, agora que os retomo, trazem consigo alguma coisa da reflexão que nestes dez anos ocorreu em dois campos cruzados: por um lado, o da política institucional dos espólios, incluindo-se nela o conhecimento dos problemas metodológicos que a sua conformação e o seu estudo colocam; por outro lado, o dos avanços tecnológicos que alteraram (e continuam a alterar) drasticamente a nossa relação com o livro e com o manuscrito.

4.

Concebida e encetada há cerca de dez anos, a Biblioteca Nacional Digital foi um projeto lançado pela Biblioteca Nacional de Portugal, no sentido de estruturar um conjunto de instrumentos e de operações facultadas pelas tecnologias da informação e da comunicação e pela disseminação do trabalho em rede. Recorrendo a edições digitais e a documentos digitalizados (distinção que importa ter sempre presente), a Biblioteca Nacional Digital procurou e procura cumprir, de forma complementar, as funções institucionais próprias de uma biblioteca nacional, enquanto instituição patrimonial; nesse sentido, a Biblioteca Nacional Digital contempla documentos de diversa natureza: livros, manuscritos, mapas, partituras, gravuras, etc. Desenvolvida no quadro de uma Biblioteca Nacional (não trato agora de elucidar as funções que tradicional e legalmente lhe cabem) a Biblioteca Nacional Digital exclui do seu horizonte de trabalho as ações que se encontram aquém ou além da missão própria de uma instituição daquela natureza.

Já então, ou seja, quando foi criada, a Biblioteca Nacional Digital sabia que estava condicionada pela constante e célere evolução de tecnologias de reprodução digital. Por isso, ela foi concebida como projeto em construção, sujeito, como tal, a regulares ampliações e reajustamentos funcionais. Por outro lado, a Biblioteca Nacional Digital foi entendida como entidade de funcionamento transversal. Assim, para além dos serviços que diretamente intervêm na sua dinamização (ou seja: aqueles que lidam com linguagens e com técnicas que permitem a criação de documentos digitais e de documentos digitalizados), a Biblioteca Nacional Digital solicitou a intervenção de diversos outros serviços e atividades: exposições, serviços de preservação, organização de coleções, aquisições, reservados, periódicos, etc.

Baseada nestes parâmetros constitutivos, a Biblioteca Nacional Digital contemplou, em primeira instância, conteúdos previsível

e usualmente procurados pela comunidade dos leitores de uma biblioteca nacional. Respondia-se, deste modo, a expectativas de acesso que levaram a privilegiar sobretudo as chamadas fontes documentais. Sendo assim, a Biblioteca Nacional Digital estruturou uma parte daqueles conteúdos num conjunto coerente e orientado, com a designação *Construção da Memória*; em função dos elementos que integraram esse conjunto, procurava-se traduzir, em regime de seletividade, a identidade de uma específica Biblioteca Nacional e das suas coleções e espólios mais significativos. Foi dada, por isso, intencional atenção aos domínios mais representativos da memória cultural e histórica portuguesa, num quadro conceptual que inclui a noção de *seletividade*, parâmetro fundamental para se incutir coerência e racionalidade a qualquer projeto desta natureza; conforme nota Fernanda Maria Campos, «um desafio importante que se põe às bibliotecas que pretendem empreender um projeto de digitalização é a seleção do que interessa digitalizar.» Às bibliotecas e, acrescento eu, aos arquivos literários, mormente quando eles habitam o espaço da biblioteca. Ainda Fernanda Campos: «se o recurso digital visa substituir o acesso ao original, os critérios devem combinar fatores como a raridade, a fragilidade e o valor do documento cruzando-os, naturalmente, com o interesse do utilizador». (Campos 2011: 24)²

A par do que fica dito, a Biblioteca Nacional Digital pôde cumprir funções de extensão cultural e mesmo, num certo sentido, de democratização do acesso aos bens culturais. Penso aqui, por exemplo, na realização de exposições virtuais, entendidas como contributo para a

2 O princípio da seletividade articula-se com iniciativas europeias que, favorecendo o conhecimento de coleções e de conteúdos digitalizados com significado patrimonial, tendem a evitar duplicações. Apontam nesse sentido projetos como The European Library (<http://www.theeuropeanlibrary.eu>) e o portal Europeana (<http://www.europeana.org>), este último permitindo, em 2011, o acesso a 25 milhões de objetos digitais (Campos 2011: 24-25).

difusão e para a valorização de fundos documentais. O que de imediato conduz a uma outra valência (ou conjunto de valências) de uma Biblioteca Nacional Digital: a que induz a chamada Biblioteca Nacional a distância, entendida como procedimento funcional e não como entidade com densidade própria. Significa isto que se acentua por esta via o potencial da comunicação em rede (e mesmo em rede de redes³), ponto de partida para um movimento de acesso potencialmente irrestrito, sem limites de espaço nem de tempo; no termo final desse movimento encontra-se, conforme sugeri, a consagração de uma democratização cultural decorrente da eliminação da distância (distância física e distância simbólica) entre o centro e as margens. Noutros termos: o leitor que estuda os papéis de Fernando Pessoa, a imprensa oitocentista ou as edições quinhentistas d' *Os Lusíadas* não carece (ou não carece sempre) do contacto físico com o documento, esteja esse leitor na sala de leitura da biblioteca ou no seu gabinete de trabalho, a milhares de quilómetros de distância. Digo isto e não me reporto tanto à sedutora, quase assustadora substituição do original pela cópia digital, mas antes aos efeitos sociais, culturais e educativos potenciados pelo célere e cómodo acesso a informação antes limitada aos *happy few*: os que habitavam e habitam o centro, onde normalmente estão guardadas as coleções bibliográficas e os arquivos literários.⁴ O que, levantando interrogações e mesmo problemas de vária ordem (voltarei a eles), não impede desde já que se reconheça que a

3 Cf. Basili 1998, onde se encontram elucidativas reflexões acerca do impacto da chamada sociedade da informação no mundo das bibliotecas. Acerca da fenomenologia da *rede*, a referência capital é, naturalmente, Castells, 2005 (vejam-se as pp. 86 ss.).

4 Numa lógica de «entesouramento», o centro de que falo aqui é normalmente o da capital (às vezes antiga capital) onde se situam as grandes bibliotecas patrimoniais, na vizinhança dos centros de poder: Lisboa, Rio de Janeiro, Paris, Londres, Madrid, Buenos Aires, etc. Para se confirmar que assim é (ou tem sido), basta lembrar o seguinte: aquela que hoje se chama Biblioteca Nacional de Portugal já se chamou Biblioteca Nacional de Lisboa.

rapidez, a exatidão e a visibilidade de que Calvino falava passaram de proposta a prática efetiva e consequente.

5.

Centro-me agora num domínio singular, que não encararei apenas na ótica funcional que em princípio pareceria ajustar-se muito bem ao tema aqui em análise. Esse domínio é o da arquivística literária, que inclui, entre outros componentes, o da organização, preservação e acesso a materiais provindos daquilo a que é usual chamarmos a oficina literária do escritor e oriundos também de outros campos de atuação cultural, cívica e política; nas últimas três décadas temos assistido a intensa e fecunda reflexão teórica e metodológica, motivada não só pela constituição de arquivos desta natureza (por exemplo: o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, na Biblioteca Nacional de Portugal), mas também pelo conjugado desenvolvimento de disciplinas como a crítica genética e a crítica textual, beneficiando da sua institucionalização universitária como áreas de pesquisa consolidadas.

Entretanto, ultimamente mais água tem corrido debaixo das nossas pontes. Parafraseando Calvino e o passo citado de *Se Numa Noite de Inverno Um Viajante*, digo que, na organização e na disponibilização de espólios literários, não nos defrontamos apenas com a acumulação dos Papéis Que Podes Deixar de Ler, dos Papéis Que Se Tu Tivesses Mais Vidas Para Viver Certamente Também os Lerias De Bom Grado ou dos Papéis Que Tens Intenção De Ler Mas Antes Devias Ler Outros. A par destes, podemos e devemos equacionar a chegada ao arquivo de outros materiais, sem o peso e a textura dos papéis, antes com a leveza da informação que se insinua «sob a forma de fluxos eletrónicos» (disse Calvino). Ou seja: os chamados textos digitais.

É bem sabido: em geral os escritores dos nossos dias já não escrevem em papel, desenhando letras e juntando-as em palavras e em frases sucessivas, com correções visíveis e cópias trabalhosas, desde o borrão até ao texto acabado. Fazem-no em processadores de texto, com a ajuda de programas informáticos e da memória de máquinas cada vez mais poderosas e portáteis. Mais leves, disse Calvino. Os escritores que não escrevem assim (diferentemente daqueles que escrevem assim ou até que *nunca escreveram de outro modo*) não raro manifestam reserva e ceticismo em relação a esta nova (ou já não tão nova...) escrita. Numa entrevista publicada no jornal alemão *Spiegel*, o escritor e Prémio Nobel da Literatura Günter Grass, explica a sua resistência em relação à escrita em computador: «No computador», diz Grass, «um texto sempre parece como que terminado, mesmo que esteja longe disso». E depois pormenoriza o longo processo de escrita que é o seu, por comparação com o daqueles que escrevem, editam e corrigem diretamente no computador. «No meu caso», esclarece, «existem muitos passos preliminares», desde uma versão manuscrita, passando por datilografia numa preciosa Olivetti, até à versão final, resultado de correções manuscritas sobre um texto provisoriamente impresso. E conclui: «Estas etapas perdem-se quando se escreve diretamente no computador».⁵

Um bom amigo da crítica genética, diríamos de Günter Grass. Para além disso, o que parece evidente é que, para ele, está em causa não apenas uma outra técnica de escrita, mas sobretudo um novo *ethos* que ela traz consigo, pela via da informática, um *ethos* que por-

5 Em <http://www.spiegel.de/international/zeitgeist/0,1518,druck-712715,00.html>. Este parece ser um tema recorrente em G. Grass. Num texto meu publicado há alguns anos, citei outras palavras suas, a propósito da escrita em computador: «Nada tenho contra os computadores (...). Mas para o trabalho de manuscrito eles são demasiado rápidos para mim. Recebo todos os dias um ou dois livros mandados por editores para que eu os leia; e talvez me engane, mas após dez páginas posso dizer se foram escritos num computador ou não.» (em Reis 2001: 19).

ventura induz uma singular identidade escritural, com fortes consequências técnico-literárias, socioliterárias e, para aquilo que nos interessa, metodológicas e epistemológicas. Penso, naturalmente, na refiguração do trabalho que consagramos aos espólios, quando, para além dos papéis de que eles se nutrem, nos defrontarmos com suportes eletrônicos, ou seja com instrumentos de armazenamento cada vez mais pequenos, verdadeiros contentores da informação escrita em programas que talvez até já não usemos.

Não trato agora de saber se o processamento informático de textos literários põe ou porá em causa a construção de espólios e a crítica genética como disciplina autónoma. Uma tal interrogação pareceria traduzir uma preocupação, digamos, corporativa (ou até de incidência trabalhista...) que não honraria uma reflexão séria sobre a escrita literária, a ética da memória que lhe está associada e a problemática dos espólios na era digital. Para aquela possível pergunta – a chamada escrita informática liquidará os espólios e a crítica genética? – tenho, ainda assim, duas respostas. Uma: não sei. Outra, mais elaborada: não sei e não me preocupo com isso. Significa isto que, de um ponto de vista que reconheço ser um tanto cínico, há ainda muito e esforçado trabalho pela frente, relativamente a espólios legados e a legar por escritores e pelos seus descendentes, em formato, digamos, pré-digital; um trabalho que não exclui a colaboração do digital, no plano da preservação ou, de forma mais precisa, da digitalização para efeitos de preservação. Voltarei a isto.

Para além disso, no estado atual de desenvolvimento do digital e em particular no que à crítica genética diz respeito, parece ousado estabelecer programas de trabalho que, sem ponderados reajustamentos operatórios, transfiram para o cenário digital as técnicas e os métodos que temos usado quando trabalhamos com papéis. Por outro lado, a gestão arquivística de documentos digitais (do mais simples texto verbal ao mais complexo documento hipermédia e hiperficcio-

nal) carece da interação de saberes vários, para além daqueles que já cooperavam no arquivo convencional. Um deles: o informático que domina a engenharia e a reengenharia do *software* e das comunicações em rede, com o especializado conhecimento de linguagens de programação já usadas e das que estão em uso e com a capacidade de recuperar programas já abandonados. E com ele, o *designer* gráfico, o editor multimédia e outros ainda que de certeza me escapam. Ou seja: aqueles para quem certas opções compositivas que o documento hipermédia traz consigo, em diversos estádios de elaboração, fazem um sentido que talvez nem o autor do dito documento, por si só, alcançava, uma vez que a própria autoria é agora, muitas vezes, inevitavelmente dividida. E aqui está, em todo o seu esplendor, a multiplicidade de que falou o profeta Calvino.

Só um exemplo: acaba de ser publicada a versão digital do livro de Al Gore, *Our Choice. A Plan to Solve the Climate Crisis*, de 2009. Trata-se, como se sabe, de um sucedâneo do famoso documentário *An Inconvenient Truth*, de 2006; reeditado para iPad, o livro de 2009 pode agora ser lido em função dos gestos e das opções do leitor, que faz emergir do elegante e amigável ecrã dezenas de gráficos, de vídeos, de fotos e de sons, em termos a que não é excessivo chamar um verdadeiro festival multimédia e interativo⁶. Pois bem: deixemos de lado o que seria interessante problematizar, mas fora do quadro deste texto (a saber, o que significa *ler* neste ambiente e com estes componentes, que remetem para um certo Mallarmé precursor da leitura como construção dinâmica) e façamos um movimento, por assim dizer retrospectivo.

Tentar identificar, analisar e ordenar as etapas compositivas daquele livro digital e hipermédia, depois de recolher e preservar, num arquivo adequado, os respetivos materiais constitutivos, seria

6 Veja-se uma apresentação em <http://pushpoppress.com/ourchoice/>

seguramente uma tarefa múltipla, compartilhada e tão plural como o é aquela versão digital de um livro que antes foi de papel e estático. Nesta sua nova conformação dinâmica (que poderia levar até a perguntar se este é ainda *o mesmo livro*) acrescenta-se forçosamente à assinatura de Al Gore pelo menos a de dois co-autores, Mike Matas e Kimon Tsinteris, responsáveis pelo desenvolvimento da aplicação. Parafraseando a personagem do *Frei Luís de Sousa*, também eles (eles e a equipa que os ajudou) têm «os seus papéis», que, aliás, não serão papéis, mas ficheiros informáticos, projetos de animação gráfica, maquetes para construções multimédia e desenhos para plataformas tecnológicas. Dir-se-á: mas a literatura não é assim. Acrescento: não *era* assim, mas já pode sê-lo e, de facto, nalguns casos já o é. Por agora ainda de forma marginal é isso que flagrantemente é atestado pela chamada hiperficção e pela sua lógica composicional.⁷

6.

Passo a outras questões, não sem antes fazer uma breve incursão num subdomínio que não anda longe do que venho dizendo. Refiro-me à recolha e à preservação de materiais para composição de textos digitais, materiais que podem ser tão simples como ficheiros de texto.

Como é bem sabido, até pela experiência própria que disso todos temos, o armazenamento de tais ficheiros nos contentores de que dispomos (em discos rígidos, em *pen drives*, em discos compactos ou nas «arcaicas» disquetes e *floppy disks*) levanta desde logo o

7 Numa reação à publicação da versão digital de *Our Choice*, o editor português Manuel Alberto Valente reconheceu que o livro em causa «abre possibilidades completamente novas no mundo da edição». E acrescenta: «Acho que este tipo de interatividade vai ser perfeita tanto para livros de divulgação científica como para a literatura infantil»; Valente acentua, contudo, que «a verdadeira literatura exige um recolhimento que não se compadece com distrações acessórias» (cf. Silva 2011: 28). Apetece perguntar: e quando as crianças habituadas a ler livros digitais e interativos crescerem?

problema do *software* utilizado: rapidamente ele fica obsoleto e em geral inutilizável (a velocidade anunciada por Calvino é, neste caso, perversa), o que não quer dizer que não existam soluções para esta cruel obsolescência. Mas também sabemos que o que nos fica, seja ou não legível, é tão-só uma última versão, que automaticamente anula as precedentes, conforme neste momento está a acontecer à medida que vou escrevendo este texto; neste caso, note-se, nada se perde por passarem ao esquecimento as tentativas anteriores que fui fazendo, com o seu cortejo de supressões, interpolações, reordenamentos de partes do texto, puros erros e suas correções, mais os lapsos que pude detetar. Mas... e no caso de um romance ou de um poema, digamos, «convencionais», ou seja, desses em que o digital não é um componente metaliterário, mas tão-só um auxiliar de escrita?

Pode aventar-se a possibilidade de rastreamos num disco rígido as campanhas de escrita que traçam o percurso do texto, desde os seus mais recônditos primórdios até à forma que o escritor considerou final. A esta possibilidade contraponho o que julgo ser a dificuldade técnica de regressar, com rigor, a essas etapas prévias, dificuldade acentuada pelo seguinte: é que o processamento informático de texto é, de um certo ponto de vista, mais ligeiro (ia a dizer mais leve, lembrando-me de Calvino) do que a escrita que a precedeu, seja a escrita caligráfica em papel, seja a que saía da Olivetti de Günter Grass. E assim, um texto processado em computador seguramente envolve avanços e recuos, tentativas e progressos em quantidade muito superior às que o papel consentia. A possibilidade (que é efetiva) de o escritor ir armazenando em dispositivos periféricos as sucessivas versões que processa informaticamente levanta-me uma enorme dificuldade, esta de contornos epistemológicos: é que o escritor que escreve «para o espólio» interessa-me pouco ou nada, no que toca à qualidade e à autenticidade (digamos) criativa dos testemunhos que vai acumulando. Conheço alguns, antes e depois do advento do digital;

e Günter Grass, tão consciente do significado das etapas que se perdem, «quando se escreve diretamente no computador», talvez seja, por fim, um deles.

7.

Uma coisa tenho por certa: a consciência revelada pelo escritor de que algo se perde quando se usa o computador traduz uma outra consciência de mais amplo alcance. Refiro-me à consciência da memória, à sua relevância patrimonial e à obrigação que temos de guardar os testemunhos da sua formação. Com efeito, a memória enquanto valor é indissociável de uma ética da salvaguarda daquilo que documenta (em registos escritos, mas não só neles) a nossa formação, o nosso crescimento e a nossa evolução como comunidades humanas regidas por valores e capazes de deixar a quem depois vier o que pensamos e sentimos acerca da vida e da morte, do bem e do mal, da justiça e da opressão, do que é contingente e do que perspetivamos como transcendente.

Chamamos literatura a um grande corpo de textos que, desde há muitos séculos, tem sido o repositório de tais preocupações e de tais anseios. Temo-la acumulado em grandes espaços a que chamamos bibliotecas (a maior biblioteca do mundo, a Biblioteca do Congresso norte-americana, guarda 147 milhões de objetos, dos quais mais de 33 milhões de livros), espaços que podem ser aliviados de tanta pressão material porque é possível desmaterializar os pesados volumes que elas guardam: é da preservação digital que estou a falar, com a noção que ela é agora um auxiliar precioso também para a gestão e para a consulta de espólios. E assim, através de ferramentas que hoje nos são familiares, analisamos com minúcia e com demora o lento crescimento de um poema ou de um conto, as emendas e os entrelinhados de um manuscrito, com o benefício de vermos melhor, quantas vezes quisermos e mesmo encontrando-nos fisicamente longe do original.

Fazemo-lo graças ao digital, sendo certo que a organização da informação digital há de subordinar-se a parâmetros que assegurem a efetiva valorização e a frutuosa utilização dos conteúdos digitalizados. São esses parâmetros a durabilidade, a autenticidade, a acessibilidade e a seletividade⁸; é em função deles que me refiro agora a matérias que, não sendo exaustivamente consideradas, apontam para algumas decisivas questões de método, quando se trata de conjugar a política de constituição de espólios com as ferramentas e com os processos de trabalho que o digital favorece.

Primeira questão: a tensão por assim dizer silenciosa entre herança e preservação digital. O que herdamos ou o que por outros nos é legado – pelos descendentes do escritor ou pelo escritor que pode ser tentado a «construir» o espólio – tem um valor que não é apenas económico, porque é, antes disso, simbólico. É verdade que, nalguns casos, adquirimos por preço negociado manuscritos a quem os vende e que, noutros casos, eles são generosamente doados, com omissão (mas não cancelamento) daquele valor material; em nenhum destes casos, todavia, dispensamos juízos de valor acerca da representatividade cultural e da pertinência compositiva e literária dos materiais de espólio. Esses juízos são fundamentais para se decidir o que deve e não deve ser digitalizado e disponibilizado, em determinadas condições de acesso (Lusenet 2002). Por razões que agora não explano, discordo dos que pensam que todo o espólio deve ser digitalizado e tornado acessível na Internet, sem restrições nem condições.

Segunda questão: a facilidade de acesso à reprodução digital de documentos de espólio, dependendo sempre de critérios pondera-

⁸ A durabilidade obriga a «precauções de cópia e migração tecnológica dos conteúdos»; a autenticidade implica fidelidade ao original ou explicitação de opções que justifiquem eventuais alterações; a acessibilidade é fortemente potenciada pela cópia digital, mas não cancela direitos de autor e conexos; a seletividade implica critérios de escolha racional e previne duplicações (Campos 2011: 22-25).

dos, viabiliza aquilo a que antes chamei democratização cultural ou, noutros termos, um claro alargamento de oportunidades de trabalho. Não é preciso estarmos em contacto direto com o espólio para o estudarmos; ao mesmo tempo, a cópia digital revela um índice de definição e permite movimentos de análise que a cópia analógica não alcançava. Passa-se isto quer no espaço do arquivo, quer a distância, num tempo em que o chamado «acesso aberto» é cada mais vez consensual. A afirmação da chamada Budapest Open Access Initiative e a implantação do conceito de Open Archival Information System evidenciam os benefícios da conjugação do digital com a política de acesso aberto, dirigida a certas comunidades.

Terceira questão: o recurso ao digital para reprodução de informação arquivística não dispensa, antes obriga a procedimentos que evitem ou pelo menos retardem a perda de informação por obsolescência dos formatos. Isto significa não só a necessidade de os espólios da era digital serem tratados, do ponto de vista das técnicas de reprodução, por outros profissionais que não apenas os arquivistas, como significa também, com a intervenção destes últimos, uma constante atenção ao domínio dos metadados; parece, por isso, aceitável a caracterização de arquivo digital como «uma estrutura que compreende tecnologia, recursos humanos e um conjunto de políticas para incorporar, gerir e acessibilizar numa perspetiva continuada objetos digitais de natureza arquivística» (Barbedo 2005: 12).

Quarta questão (e última, por agora): o acesso a distância é um movimento que privilegia a instância da receção e da consulta, num universo dominado pelo princípio da rede aberta. Por um ato a que chamamos *download*, trazemos até nós (baixamos, expressão bem significativa; descarregamos, termo não menos elucidativo) o que está algures numa pesada e bem sólida estrutura de armazenamento, em que confiamos e cuja localização conhecemos: a biblioteca nacional, o arquivo universitário, etc. Esta dinâmica refigura-se agora por

força da chamada «computação em nuvem», dependendo, então, o acesso à informação de estruturas de distribuição em redes ágeis e compatíveis, facilmente acessíveis e mesmo, em princípio, económicas. Mas é bom notar que esta computação não se passa, em rigor, «nas nuvens», ou seja, naquelas que retêm a chuva ou a soltam, quando o bom Deus ou São Pedro por Ele assim o decidem; passa-se aquela computação em potentíssimos servidores compartilhados e geridos por poderosas empresas, respaldadas por interesses económicos, se é que não, às vezes, por critérios ideológicos. E mesmo sabendo-se que as «nuvens de computação» obedecem a vários modelos (há «nuvens» privadas, «nuvens» públicas e «nuvens» híbridas), a questão que coloco (melhor: a pergunta retórica que faço), relativamente à organização, localização e disponibilização de espólios digitais na era da «computação em nuvem» é esta: estamos dispostos a colocar arquivos nessa nuvem longínqua, cuja segurança pode ser posta em causa e cuja gestão não controlamos?

8.

A personagem adolescente do *Frei Luís de Sousa* procurou acomodar os seus livrinhos, resguardou os seus papéis do fogo e revelou-os talvez ao tio frade. Vivendo muito antes do digital e do que ele nos faculta, em termos de leveza e de rapidez de acesso, de exatidão e de visibilidade, Maria não lera Calvino e nem tinha ao seu alcance as ferramentas de que hoje dispomos para prolongar no tempo a herança da escrita, a impressa ou a que não passou do manuscrito. E assim, jamais saberemos o que continham os tais papéis, mas podemos conjecturar: encerravam talvez reflexões íntimas e a preservar, tudo tocado pela inocente autenticidade que (naquela época...) os adolescentes ainda tinham. O fogo não destruiu os papéis de Maria, mas consumiu-os certamente a voragem do tempo, a eles e a muitos outros, antes da sólida existência dos arquivos em

que hoje guardamos espólios literários e outros ainda, arquivos para mais reforçados na função que lhes cabe por instrumentos e por políticas, por métodos e por técnicas de preservação que são uma garantia de futuro.

No caso dos papéis de Maria, talvez, por fim, a perda não tenha sido grande. Mas aqueles papéis e a preocupação que a personagem formulou valem—nos como aviso; é com esse aviso que desconstruímos a cínica ironia que atravessa um poema de Fernando Pessoa onde se fala de livros a ter e a não ler, de papéis pintados, ou seja, escritos, antes e depois de serem livros, e da felicidade divina de quem isto descuida (também porventura os arquivos e os espólios), tudo cuidando, todavia, de outro modo:

Ai que prazer
Não cumprir um dever,
Ter um livro para ler
E não o fazer!
Ler é maçada,
Estudar é nada.
O sol doura sem literatura.
O rio corre, bem ou mal,
Sem edição original.
E a brisa, essa,
De tão naturalmente matinal,
Como tem tempo não tem pressa.

Livros são papéis pintados com tinta.
Estudar é uma coisa em que está indistinta
A distinção entre nada e coisa nenhuma. (...)
O mais do que isto
É Jesus Cristo,

Que não sabia nada de finanças

Nem consta que tivesse biblioteca... (Pessoa 2000: 194-195)

Do mesmo modo, a já muito aqui falada Maria não sabia nada de digitalização, nem consta que tivesse espólio. E foi feliz até que se cumpriu o trágico destino que havia de ser o seu e que ela chegou a pressentir. Nem os papéis nem os livrinhos bem acomodados a salvaram.

REFERÊNCIAS

- BARBEDO, Francisco (2005), «Arquivos digitais: da origem à maturidade», in *Cadernos BAD*, 2005, N.º 2: 6-18.
- BASILI, Carla (1998), *La biblioteca in rete*, Milano: Editrice Bibliografica.
- CALVINO, Italo (1995), *Se Numa Noite de Inverno Um Viajante*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- CALVINO, Italo (1998), *Seis propostas para o próximo milénio (Lições americanas)*, 3.ª ed., Lisboa: Teorema.
- CAMPOS, Fernanda Maria (2011), «Valorização do livro na sociedade de informação», in *As Bibliotecas e o Livro em Instituições Eclesiais. Actas do I Encontro Nacional*, Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- CASTELLS, Manuel (2005), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede*, 2.ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GARRETT, Almeida (1987), *Frei Luís de Sousa*, Porto: Livraria Civilização Editora.
- LUSENET, Yola de (2002), «Digital heritage for the future», in *Cadernos BAD*, 2002, N.º 2: 15-27.
- NEGROPONTE, Nicholas (1996), *Being Digital*, New York: Vintage Books.

- PESSOA, Fernando (2000), *Poemas de Fernando Pessoa. 1934-1935*. Edição de Luís Prista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- QUEIRÓS, Eça de (s.d.), *A Cidade e as Serras*, Lisboa: Livros do Brasil.
- Reis, Carlos (2001), «Informação e conhecimento. Propostas, presenças e ausências», in *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, série 3, N.º 8, abril-outubro de 2001.
- SILVA, José Mário (2011), «O futuro do livro?», in *Atual/Expresso*, 14 de maio de 2011.

RESUMO

As potencialidades do digital incidem não só sobre os procedimentos de escrita literária, de produção de documentos digitais e de cópias digitalizadas de textos em suporte de papel, mas também sobre as soluções de preservação de acervos em que são conservados os papéis oficiais de escritores. Sem se entrar aqui em questões atinentes às mutações comportamentais que a escrita em suporte eletrónico implica, são considerados os desafios e também as vantagens da transferência para formato digital de textos escritos em suportes frágeis e que, por isso, não podem ser manuseados com frequência; estão em causa neste caso os espólios de escritores, guardados no Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional, e incorporados, depois de procedimentos de digitalização, na chamada Biblioteca Nacional Digital. Para além disso são ponderadas questões de método relativas à conjugação da política de constituição de espólios com as ferramentas e com os processos de trabalho que o digital favorece.

Palavras-chave: digital, escrita, espólio, património, preservação.

ABSTRACT

Affordances of digital technology apply not only to processes of literary writing, production of digital documents and digitization of texts written or printed on paper, but also to the preservation of writers' archives. Without addressing the transformations caused by electronic writing, this article considers the challenges and also the benefits of digitizing texts written in fragile materials which, for that reason, cannot be handled frequently. This is the case of the writers' archives housed in the Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional [Archive of Contemporary Portuguese Culture at the National Library], and which, after digitization, have become part of the Biblioteca Nacional Digital [Digital National Library]. This paper addresses methodological questions related to the policy of collecting writers' archives when combined with the tools and work processes of the digital medium.

Keywords: digital, writing, writers' archives, heritage, preservation.